



FRUTA TROPICAL JUSTA

FRUTA DOCE, VERDADE AMARGA

A responsabilidade dos supermercados, em particular os alemães, nas condições desumanas que se mantêm nas indústrias da banana e ananás

Resumo

Esta investigação revela o dramático custo social e ecológico da produção de fruta tropical, baseado nos exemplos da indústria do ananás na Costa Rica e da indústria da banana no Equador.

Os supermercados alemães como o Aldi, Lidl, Edeka e Rewe partilham responsabilidades pelas condições deploráveis que prevalecem nas indústrias da banana e do ananás: o abuso do seu poder de mercado ao forçarem a descida dos preços pagos aos produtores e fornecedores. Por exemplo, os preços de importação do ananás desceram cerca de 45% de 2003 a 2014, apesar do aumento dos custos de produção nos países de origem. Tal contribui para o reforço das tradicionais estruturas exploradoras em ambos os países, tendo em consideração o facto dos salários dos trabalhadores das plantações na Costa Rica e Equador ser demasiado baixo, de forma a poder apoiar a família e a perpetuar as condições precárias.

Enquanto as cadeias de supermercados verificam meticulosamente o aspeto e aparência da fruta importada, recusando o fornecimento de grandes quantidades ao mais pequeno defeito, encaram os critérios sociais e ecológicos de forma menos séria. Esta investigação evidencia (também) as diversas violações aos direitos humanos e direitos laborais na indústria do ananás na Costa Rica e na indústria da banana no Equador.

Pesticidas prejudicam a saúde

As bananas e os ananases são cultivados, de uma forma geral, em monoculturas com uso intensivo de pesticidas. Os trabalhadores das plantações bem como as pessoas que habitam nas proximidades das plantações são frequentemente expostas a pesticidas, alguns dos quais muito venenosos. Na Costa Rica, os produtores de ananases usam uma diversidade de pesticidas venenosos, como o Oxamyl, considerado pela Organização Mundial de Saúde como sendo altamente tóxico ou o Bromacil, cujo uso não é permitido na União Europeia (UE). É de salientar que os lençóis freáticos são constantemente contaminados em algumas áreas de cultivo, fazendo com que o fornecimento de água potável tenha de ser feito através de tanques de água.

A indústria equatoriana da banana usa substâncias altamente perigosas como Paraquat,

cujo uso não é permitido na EU, ou Mancozeb e Glisofato, identificados como possíveis causadores de cancro. Pulverização de pesticidas por via aérea é prática corrente. Durante uma investigação que decorreu numa plantação que abastece o Lidl, entre outras, 60% dos trabalhadores entrevistados mencionou que trabalham nas plantações durante ou logo após as pulverizações aéreas – uma clara violação da lei equatoriana. Na Costa Rica, os trabalhadores de empresas que abastecem os supermercados alemães também relatam a pulverização de pesticidas enquanto estão nos campos.

Muitos dos trabalhadores entrevistados relatam um elevado número de deficiências, malformações, interrupções de gravidez e cancro, nas áreas circundantes às plantações. Relatam, também, doenças respiratórias frequentes, náuseas, alergias cutâneas e tonturas. Estes relatos correspondem aos resultados que raros estudos científicos que têm sido desenvolvidos sobre estes temas. Medidas de segurança e saúde no trabalho são inexistentes em muitas plantações.

Desrespeito pelos direitos laborais e sindicais

Segundo o artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda a pessoa tem o direito de fundar um sindicato e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses. As indústrias da banana e do ananás no Equador e na Costa Rica violam sistematicamente este direito humano.

A Oxfam investigou 20 plantações no Equador: nenhuma tinha uma representação independente de trabalhadores. Os trabalhadores relatam a existência de “listas negras” contendo nomes dos membros de sindicatos, partilhadas entre os proprietários das plantações. Na empresa Matías, fornecedora do Lidl, 90% dos trabalhadores entrevistados declararam não querer formar um sindicato por receio de represálias. Na Costa Rica, os trabalhadores que filiados em sindicatos são frequentemente afastados – como o caso da Agrícola Agromonte, que produz para o Lidl, Edeka e Rewe, que afastou cerca de 50 trabalhadores pertencentes ao sindicato UNT no outono de 2015.

Condições precárias de trabalho

As condições de trabalho nas plantações do ananás e da banana são precárias e inaceitáveis. Os empregadores deliberadamente recusam informar os trabalhadores dos seus direitos. No Equador, muitos dos trabalhadores não recebem uma cópia do seu contrato de trabalho. As trabalhadoras relatam que são afastadas devido à gravidez, ficando sem qualquer tipo de assistência ou seguro. Na Costa Rica, os trabalhadores da Finca Once, que fornece o Lidl e na Agrícola Agromonte, que abastece o Aldi, Edeka e Rewe salientam, também, as condições laborais precárias. A maioria dos trabalhadores – muitos oriundos da Nicarágua – são empregados através de

intermediários. Estes, de uma forma geral, oferecem contratos verbais, para um período contratual de apenas três meses e sem segurança social. Alguns destes trabalhadores vive em condições miseráveis, partilhando um espaço de 10m² para quatro pessoas.

“Lavagem verde” (Greenwashing)

Recentemente, os supermercados alemães começaram a dar mais ênfase à promoção da sustentabilidade dos seus produtos. Produtos de comércio justo indicam a sustentabilidade social de um produto, mas encontram-se sub-representados nas cadeias de supermercados alemães. Para os ananases e bananas, o Aldi, Edeka e Rewe dependem cada vez na certificação da Rainforest Alliance. Contudo, a nossa investigação no terreno demonstra que isto não resolve os principais problemas, como a contaminação por pesticidas e a violação dos direitos laborais.

Exigências

A Oxfam exige às cadeias de supermercados alemãs que façam justiça à sua responsabilidade ecológica e social. Tal inclui assegurar condições de trabalho justas e humanas, métodos agrícolas sustentáveis e o pagamento de preços justos aos fornecedores. Decisores políticos também partilham desta responsabilidade. O governo alemão deve obrigar as empresas a respeitarem as leis humanas e de emprego em relação aos seus fornecedores e a introduzirem um conjunto de “diligências obrigatórias para os direitos humanos”. Os governos da Costa Rica e do Equador devem rigorosamente reforçar o cumprimento da lei laboral e ambiental no que diz respeito aos setores lucrativos de exportação. Os consumidores devem dar prioridade à fruta tropical de comércio justo e exigir que as empresas sejam transparentes e atuem em concordância com as leis laborais, como base dos seus negócios.



Este projeto é coordenado em Portugal pelo IMVF. Saiba mais [aqui](#).

Facebook: [Atores pelo Desenvolvimento](#)

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Make Fruit Fair (DCI-NSAED/2014/338-131) com a ajuda financeira da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros e não pode, em caso algum, ser considerado como expressão das posições da União Europeia.